



Modalidade da bolsa: Atividade voluntária em pesquisa

A JUDICIALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CDB2

Autores: Fabiane Corrêa da Silva, Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira

INTRODUÇÃO / OBJETIVO

A Constituição Federal brasileira prevê que a responsabilidade compartilhada pela defesa do meio ambiente se dá entre poder público e sociedade. Um dos mais efetivos instrumentos para pôr em prática este e outros mandamentos constitucionais ambientais é o licenciamento ambiental, em razão disto, busca-se com este trabalho verificar quais os motivos da judicialização do licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul e se houve a anulação da liberação de empreendimento nos casos vícios ou mesmo de ausência de licenciamento.

MATERIAL E MÉTODOS

Em razão de este trabalho buscar o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado, utiliza-se, primordialmente, a pesquisa jurisprudencial, sem prejuízo de revisões bibliográficas e documentais. Utiliza-se o método de abordagem analítico, na intenção de discutir criticamente a efetiva atuação do poder judiciário no controle de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais

RESULTADOS

Acredita-se ser possível demonstrar que há julgados que evidenciam o compromisso do poder judiciário em aplicar as leis federais, estaduais e municipais, com a finalidade de defesa do meio ambiente, mesmo em empreendimentos já consolidados ou que tiveram seu funcionamento condicionado à um procedimento administrativo de licenciamento ambiental eivado de erro.

RESULTADOS

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, de modo que trabalha-se com a hipótese de que o poder judiciário, diante da ausência de licenciamento ambiental e/ou de audiência pública, em casos de empreendimentos com potencial risco de poluição, determina a revisão ou anulação da instalação ou operação das atividades.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que o poder judiciário atua de modo a aplicar de forma plena a legislação constitucional e infraconstitucional e garantir a efetiva tutela ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 23. ed. Atlas, 2023.

Farias, Talden. Licenciamento Ambiental: Aspectos teóricos e práticos. Fórum; 8ª edição (18 julho 2022)